

APRESENTAÇÃO

FOREWORD

O presente número da Estudos de Sociologia traz um dossiê de artigos que debatem a participação de mulheres e de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBTT) na arena política no contexto latino-americano. Intitulado “Gêneros da Participação”, o dossiê priorizou artigos que tematizassem dinâmicas e processos de mobilização política e de interações entre atores e atrizes sociais com instâncias estatais historicamente ligadas aos movimentos feminista e pela diversidade sexual e de gênero. Entre os objetivos do dossiê está a publicação de trabalhos que se debrucem sobre as relações entre organizações feministas ou LGBT e o Estado, e, especialmente, se questionem a respeito das inovações e contribuições analíticas dessas experiências, a partir de estudos empíricos e de cunho histórico. Trata-se de um campo recente de reflexão no âmbito das ciências sociais, mas que logrou uma produção científica considerável. Outro objetivo que pautou a organização do dossiê foi publicar artigos que contribuam para uma compreensão mais ampla das instituições participativas, aliada a perspectivas de gênero e sexualidade, bem como dos alcances da institucionalização das demandas advindas da sociedade civil e dos obstáculos a elas impostos.

O artigo inicial, que leva o mesmo título do dossiê, de autoria de Gustavo Gomes da Costa Santos, Olívia Perez e José Szwako, apresenta uma revisão da bibliografia acadêmica produzida no âmbito das ciências sociais brasileiras sobre instituições participativas (IPs) direcionadas à promoção da equidade de gênero e da diversidade

sexual. A revisão bibliográfica analisa trabalhos acadêmicos sobre experiências de participação social com foco nas temáticas de gênero e diversidade sexual, identificando os traços comuns a outras experiências de participação social, sem deixar de lado suas “especificidades”. Apesar dos distintos referenciais teóricos, os textos analisados são uníssonos em salientar a novidade e a expansão das experiências de participação social vinculadas a temáticas de gênero e diversidade sexual, particularmente na última década no Brasil. Dentre os limites identificados estão a baixa incidência da sociedade civil na definição, implementação e monitoramento das políticas públicas, o limitado impacto da participação social na conformação da agenda legislativa e a baixa presença de mulheres e LGBT nas instâncias representativas e de decisão.

Os demais artigos do dossiê foram organizados em três blocos. Enquanto os artigos das experiências na Argentina, El Salvador e Uruguai focam-se na luta das mulheres (ainda que invisibilizadas), no surgimento e trajetória de movimentos sociais LGBT, os trabalhos sobre o Brasil se debruçam sobre a interação entre movimentos sociais LGBT e Estado e sobre a baixa presença de mulheres nas arenas parlamentares. Tais análises têm relação com as singularidades de movimentos sociais de diferentes áreas e contextos. No movimento LGBT brasileiro (ainda que não em todo o movimento) houve a aposta na interação com o Estado, especialmente em Instituições de Participação. Para uma parte da literatura e da militância, tal aproximação configuraria como uma cooptação, na medida em que retiraria o que é essencial dos movimentos sociais: sua independência para criticar e cobrar do Estado. No entanto, esse tipo de leitura não apareceu nos artigos do Dossiê, expressando uma mudança de direções e interpretações acerca da interação socioestatal.

No campo das mulheres, a principal aposta ainda é no reconhecimento, na presença de mulheres e defesa de pautas feminista nas instituições parlamentares.

O primeiro bloco do Dossiê traz artigos que discutem a luta das mulheres na Guerra das Malvinas na Argentina, bem como a emergência de movimentos sociais engajados na luta pela diversidade sexual e de gênero em dois países latino-americanos: El Salvador e Uruguai.

No trabalho intitulado “Las mujeres también fueron parte de la guerra”, Florencia Di Giorgio aborda uma questão relevante da história contemporânea argentina (a Guerra das Malvinas) sob perspectiva inovadora: a invisibilização da participação feminina no conflito e suas consequências (simbólicas e materiais). A importância que a discussão sobre gênero ganhou nas últimas décadas impulsiona o resgate e a valorização do papel das mulheres nas mobilizações sociais (papel esse em geral ocultado pela história oficial).

Ainda no sentido de reconhecer o papel das mulheres, mas desta vez as lésbicas, no artigo “Hilando memorias: organización de mujeres lesbianas en El Salvador”, Amaral Arévalo apresenta de forma poética os processos de organização das mulheres lésbicas entre o pós-guerra 1993 e 2017 em El Salvador, comparando-os metaforicamente com períodos da agricultura. O autor examina também as tensões e contribuições do movimento, contribuindo para quebrar a lógica patriarcal presente nas pesquisas acadêmicas e no contar de histórias. No terceiro trabalho do Dossiê “Violencia policial y democracia en disputa: el surgimiento de una política sexo/genérica durante la transición uruguaya (1980-1989)” Diego Sempol analisa o surgimento de duas organizações homossexual-lésbicas que buscavam lutar contra as batidas policiais e denunciar os limites estreitos da nova democracia durante a transição democrática

no Uruguai (1980-1989). Nesse trabalho já aparece a relação entre movimento social LGBT e Estado, ainda que seja para destacar as contribuições do movimentos para o processo da transição democrática.

O segundo bloco apresenta artigos que discutem as recentes experiências de participação social nas políticas públicas direcionadas à população LGBT no Brasil em âmbito local e nacional. No artigo intitulado “Movimento LGBT e políticas públicas nos governos federais do Partido dos Trabalhadores (2003-2014): trajetória e características”, Matheus Mazzilli Pereira analisa a trajetória das políticas públicas de combate à homofobia e dos espaços de participação direcionados à população LGBT entre os anos de 2003 e 2014 em âmbito federal. Fazendo uso de dados sobre iniciativas governamentais direcionadas a pessoas LGBT, assim como informações sobre transferências de recursos federais para organizações do movimento LGBT, Pereira analisa as possíveis razões para a trajetória ascendente dessas iniciativas (e de recursos a elas destinados) nos governos do presidente Lula, seguida de uma queda expressiva a partir do primeiro governo Dilma Rousseff. Já no artigo “Políticas públicas de diversidade sexual e de gênero no Brasil: uma análise das percepções dos gestores da política LGBT em Pernambuco”, Gustavo Gomes da Costa e Cleyton Pereira analisam a gestão de políticas públicas de promoção da cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) no estado de Pernambuco. A partir de entrevistas semiestruturadas com os gestores responsáveis por essas políticas em nível estadual e municipal, o artigo traça um perfil desses gestores, identificando suas principais atividades. Além disso, o artigo explora os desafios experimentados por essas experiências inovadoras de políticas públicas e as tensões daí resultantes com o ativismo LGBT local.

O terceiro bloco apresenta trabalhos que analisam os desafios existentes para a participação das mulheres na política institucional. Trata-se de trabalhos que apresentam um continuum histórico da luta pela participação das mulheres nas arenas representativas. No artigo “Basta votar? A luta pelo voto feminino e o controle sobre a participação política das mulheres no Brasil”, Hannah Maruci problematiza a entrada das mulheres na política a partir da abertura do voto feminino em 1932. Após a análise dos discursos dos políticos, do movimento sufragista, e dos jornais da época, a autora demonstra como as barreiras da época para a inclusão das mulheres na política (a não obrigatoriedade do voto e os critérios para torná-las elegíveis) restringiram a participação feminina.

Sob a perspectiva do movimento feminista, a baixa presença das mulheres nas arenas parlamentares ainda é um problema. As mulheres não estão presentes nas arenas parlamentares proporcionalmente ao número de mulheres que compõem a população brasileira. Tampouco as bandeiras feministas figuram entre os principais projetos que tramitam o parlamento. Pensando nessa baixa presença de mulheres e de suas demandas no parlamento, no artigo intitulado “Representação feminina: entraves para o desempenho eleitoral de mulheres”, Carolinne Landeira Torres sistematiza dados do Tribunal Superior Eleitoral e do Doxa-IESP relativos às campanhas para deputados estaduais e federais do Rio de Janeiro, apontando a escassez de recursos financeiros de campanha e de tempo de televisão no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral como dois desses principais entraves. Além da já instituída política de cotas, a autora propõe que o sistema de inclusão deve garantir de fato a presença de mulheres no parlamento.

Além das regras, uma possibilidade de aumento da presença de mulheres e de pautas feministas no parlamento está na formação de

partidos, ou partidadas. A formação de um partido para e por mulheres é examinada no trabalho “Dinâmicas do Feminismo Contemporâneo: Análise da formação da #PartidA” escrito por Gabriela Luiz Scapini, Mayara Bacelar Rita e Maria Florência Guarche Ribeiro. O trabalho fecha o bloco sobre os limites e possibilidades da presença e defesa de pautas voltadas às mulheres no parlamento, exatamente jogando luz na experiência de construção de um projeto político feminista em nível partidário: a criação da #partidA. O projeto da #partidA pretende superar uma dicotomia presente entre parte da militância e literatura sobre movimentos sociais que considera que os movimentos sociais devem ser autônomos. No projeto da #partidA assume-se a importância da presença de movimentos sociais no Estado por meio da organização partidária. Se parte dos brasileiros não confia na política institucional e seus partidos, o trabalho que encerra esse Dossiê aponta justamente para a importância dos canais destinados à participação política nas democracias. Não se trata de uma defesa da participação política apenas por vias institucionais, mas sim da sua importância para a continuação e fortalecimento da democracia – ideia compartilhada pelos autores desse Dossiê.

Ainda integrando o presente número, temos o artigo de Emílio de Britto Negreiros intitulado “Os conflitos ambientais na Estação Ecológica de Caeté-PE”, no qual discute a emergência de um campo ambiental a partir da ação de movimentos populares envolvidos na luta pela preservação da Estação Ecológica de Caetés, localizada na Região Metropolitana do Recife. O autor salienta a participação comunitária como elemento central para a constituição de uma política ambiental na área, a despeito da ausência governamental. E, finalizando o presente número, temos a publicação da entrevista com o escritor, ensaísta e poeta

moçambicano/português Eduardo Pitta conduzida por Gustavo Gomes da Costa. Na entrevista, Pitta relata uma faceta invisibilizada da história moçambicana: as vivências e as redes de sociabilidade homoeróticas na Lourenço Marques (atual Maputo) das décadas de 1960 e 1970 ainda sob domínio colonial português. A partir de sua experiência pessoal, Pitta discorre sobre a emergência de uma subcultura lésbica e gay na cidade, constituída por bares, boates e festas privadas que é abruptamente rompida no tortuoso processo de independência de Moçambique no pós-Revolução dos Cravos. Trata-se de relato histórico que traz à luz as vivências discordantes dos padrões heteronormativos em África, relato esse fundamental tendo em vista o atual contexto de recrudescimento da homofobia estatal em diversos países do continente.